

# Acordo da dívida não tem data

Além da estratégia do silêncio quase absoluto no encaminhamento da renegociação da dívida externa com os bancos credores, o governo decidiu adotar nova postura para facilitar o fechamento do acordo de financiamento dos juros que vencerão em 1988 e 1989: por determinação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, os negociadores brasileiros não mais trabalharão com prazos e, portanto, nenhuma data será estabelecida para a conclusão dos entendimentos.

A decisão, até o momento, é a principal alteração no encaminhamento das negociações e significa, segundo um assessor do ministro da Fazenda, que o governo está disposto a fechar, de qualquer forma, os acordos com os credores e com o Fundo Monetário Internacional. É clara a divergência dessa postura em relação à adotada pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que havia fixado dois prazos para o fechamento do acordo: 15 de janeiro, com prorrogação até 29 de janeiro. Depois dessa data, as conversas seriam suspensas e o Brasil retomaria a moratória.

O ministro Mailson da Nóbrega discorda dessa posição e quer retirar das negociações

qualquer indício de confronto entre o Brasil e o sistema financeiro internacional. Assim, suprimiram-se as datas, principalmente porque, na verdade, ninguém no Ministério da Fazenda acredita na viabilidade de um acordo até o final de janeiro. As previsões mais otimistas acenam com a possibilidade de um entendimento definitivo em meados de fevereiro — às vésperas do Carnaval —, mas ainda é cedo para qualquer palpite, antes do reinício das conversas com o Comitê Assessor dos Bancos Credores, nesta segunda-feira.

O governo está determinado a apressar o acordo com os bancos para, em seguida, formalizar o retorno ao FMI, previsto para daqui a dois meses, agilizando o cronograma inicial fixado pela equipe do ex-ministro Bresser Pereira. O governo também vai insistir, junto aos credores, na tese da desvinculação dos seus desembolsos ao acordo com o Fundo. Isso significa, na prática, que o não cumprimento das cláusulas do futuro acordo com o FMI implicaria apenas a suspensão dos desembolsos dos empréstimos que serão negociados com o próprio Fundo e não dos outros bancos.